
A INSUFICIÊNCIA DO NOVO JORNALISMO

Isabelle Anchieta*

RESUMO: O Novo Jornalismo também chamado de Literário é, em geral, percebido como uma alternativa salutar para o texto jornalístico. O mesmo se passa com a teoria que o fundamenta, o Newsmaking, adotado na formação dos estudantes de jornalismo como uma nova Teoria Crítica. Posicionados como antagonistas da Teoria do Espelho, apresentam-se, sem muita resistência, como uma reforma positiva para a prática jornalística. Contrariando essa tendência iremos fazer uma revisão crítica do conceito de objetividade e de imparcialidade. Partimos da hipótese de que eles são procedimentos investigativos fundadores da prática jornalística – e que sua desqualificação implica no enfraquecimento do ethos que sustenta a profissão e a narrativa jornalística. Nos propomos a repensar a prática jornalística reforçando seus fundamentos em uma renovada chave de compreensão.

PALAVRAS-CHAVE: novo jornalismo, objetividade, imparcialidade, filosofia da investigação.

Índice

Introdução: O Antagonismo: o Real X a Ficção no Jornalismo	1
1 O <i>ceticismo investigativo</i> como fundamento da ética e da prática jornalística	3
2 Bibliografia	6

Introdução: O Antagonismo: o Real X a Ficção no Jornalismo

O CAMPO de estudos sobre o Jornalismo dividiu-se em duas vertentes: os que defendiam a objetividade, a imparcialidade e a notícia como reflexo do real e, mais recentemente, aqueles que criticam as noções de objetividade, imparcialidade e espelhamento defendendo que a notícia é uma construção simbólica do real. De um lado a crença na apreensão da verdade, do outro a dúvida: a constatação da impossibilidade de encontrar uma

verdade última, denunciando: as mediações subjetivas; organizacionais e da linguagem noticiosa.

A primeira denominada comumente de Teoria do Espelho fundou uma ética e um ethos para a profissão: a busca da verdade e do verdadeiro. Legitimou a ideia de um comunicador desinteressado: o jornalista. Aquele que defenderia o bem comum, os “cães de guarda” da sociedade. Profissionais que se esforçam para apurar e relatar os fatos sem influenciar o público. E, por mais utópica e improvável que pareçam suas premissas, tal vertente estabeleceu parâmetros éticos para a produção de um jornalismo ético e de qualidade.

A segunda corrente, chamada de Newsmaking ou Teoria Construcionista, nasce em oposição a anterior. Desmistifica os ideais de objetividade e

*Isabelle Anchieta é doutoranda em Sociologia pela USP. Mestre em Comunicação Social pela UFMG. Foi âncora do Jornal da Rede Globo MG e documentarista pela TV Cultura. Tem dois livros publicados. Leciona desde 2001 em universidades de BH e SP. Em 2008 recebeu prêmio nacional como professora de Jornalismo Cultural pelo Rumos Itaí Cultural. Colabora com as Revistas Sociologia e Mente e Cérebro. Email: isabelleanchieta@gmail.com

© 2017, Isabelle Anchieta.

© 2017, Universidade da Beira Interior.

O conteúdo deste artigo está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e do(s) seu(s) autor(es). O artigo, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

imparcialidade, desvelando as mediações que se interpõem entre os fatos e a notícia².

Os processos de produção, a relação dos jornalistas e da organização jornalística com as fontes, com o poder, os critérios de seleção do que é ou não notícia e a linguagem jornalística. Tais revelações inviabilizariam a existência “imaculada” da objetividade e da imparcialidade na prática noticiosa. Uma corrente que ganha força no final dos anos 60 e consolida-se a partir da década de 70 com o movimento do “Novo Jornalismo” que propõe a emergência da subjetividade no trabalho noticioso.

Se a primeira vertente é acusada de não perceber ou mesmo omitir estrategicamente as mediações do real operadas pela notícia; a segunda, o Newsmaking, corre o risco de esvaziar os fundamentos éticos profissionais sem restabelecer em seu lugar novas bases promovendo um denuncismo desprovido de finalidades éticas.

Em suas análises as atenções concentram-se na subjetividade do jornalista, nas empresas inseridas no sistema capitalistas, suas rotinas de produção e sua política editorial que definem o que é ou não notícia. No entanto, mais do que uma profissão de sujeitos que produzem notícias ou ainda mais do que uma empresa ou organização capitalista, o jornalismo é uma instituição social autorizada a produzir relatos de acontecimentos publicamente relevantes. Ao valorizarem os processos de produção separam a emissão da recepção de seu ambiente de ação, conferindo autonomia ao campo jornalístico, o que Miquel Rodrigo Alsina definiu como teorias “autistas”.

As notícias, para os defensores do construcionismo, têm o poder de criar a realidade. São compreendidas como “estórias” - nem mais nem menos³. Elizabeth Bird e Robert Dardenne acreditam que as notícias têm a capacidade de recriar o

passado e o presente, impondo uma narrativa sem precedentes na realidade concreta. As notícias são pensadas como “totalidades significativas”⁴, criando as referências de mundo para a sociedade.

Um exemplo nacional recente pode inviabilizar a afirmação. O Mensalão. Escândalo do esquema de compra de votos de parlamentares deflagrado pelo então presidente do PTB, Roberto Jefferson no jornal *Folha de São Paulo* em 6 de junho de 2005 durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Seguiram-se durante os anos de 2005 e 2006 mais de 3.000 reportagens no jornal sobre o assunto. O jornal *Estado de São Paulo* igualmente realizou mais de mil reportagens. A Revista *IstoÉ* mais de 500 reportagens. A Rede Globo produziu cerca de 90 matérias no Jornal Nacional. O agendamento midiático foi intenso. No entanto, isso não significou um abalo efetivo da imagem do presidente e do seu governo – o que pode ser comprovado por sua aprovação de mais de 80% da população ao final do mandato e da eleição de sua candidata Dilma Rousseff. Havia mais provas de corrupção no governo Lula do que no escândalo Collor, o que não significou o agendamento social do impeachment, como sugeriam, implícita e, posteriormente, explicitamente, as capas da revista *Veja* de 9 e 13 de agosto de 2005.

A primeira capa, de 09 de agosto, traz uma pequena foto do presidente cabisbaixo em meio ao preto que domina a página, quebrado apenas pelos dois “ll” em verde e amarelo inseridos em seu nome “Lulla”. Uma grafia que faz clara alusão ao ex-presidente deposto Fernando Collor que usava as cores nos dois “ll” do seu nome durante a campanha presidencial – o que posteriormente tornou-se signo do desfecho de seu governo.

A segunda, de 13 de agosto, abandona as sutilezas e explicitamente fala em “impeachment”, ou mais precisamente “A luta de Lula contra o IMPE-

rotinas diárias de trabalho cadenciadas por “deadlines” e planejamentos de cobertura (pauta).

4. *As relações com o poder*; especialmente localizadas na relação entre jornalistas com as fontes noticiosas. A ideia é que o poder ideológico seria reproduzido na notícia através do uso de “fontes acreditadas” que defenderiam interesses políticos e econômicos próprios.
5. A interferência da realidade socialmente, culturalmente e historicamente constituída. Desse ponto de vista interacional, o jornalismo não estaria mais diante do real, mas diante de uma realidade já socialmente dada.

³ “A notícia é uma forma de literatura popular” (Tuchman, p. 258, 1993).

⁴ As notícias, como estória, dotam os acontecimentos do passado de fronteiras artificiais, construindo totalidades significativas” (Bird; Dardenne, 1988, 1993, p.265).

² Destacam uma série de fatores que estão implicados no processo de produção da notícia. Dos mais relevantes, devemos considerar:

1. a *narrativa jornalística*. O que implica em considerar suas técnicas narrativas particulares que incluem: o processo de hierarquização e seleção dos acontecimentos (valores-notícia); o lead; a pirâmide invertida e o uso de pontuações objetivas.
2. o *processo de seleção* dos acontecimentos noticiosos. Assim tanto a nível subjetivo (gatekeeper); quanto a nível organizacional verifica-se que há entre o acontecimento e a notícia um processo de escolha e hierarquização dos acontecimentos que são ou não considerados publicamente relevantes.
3. *Ordenação do tempo*. O jornalismo constrói uma segunda ordem temporal sobreposta ao tempo social, através de

ACHMENT”, quando, na sociedade, o assunto não estava em discussão. Por mais que a mídia incitasse os “caras-pintada” às ruas, eles não se mobilizaram. Não havia, na sociedade, eco a discussão de um “impeachment” de Lula.



Acreditamos que vários fatores combinados explicam as diferentes desfechos para os presidentes envolvidos com esquemas de corrupção. Dentre eles: os distintos contextos econômicos do país – de inflação no primeiro e de estabilidade no segundo; a implementação de programas de assistência social – especialmente com a consolidação e ampliação da bolsa família no governo Lula; o poder carismático e sua habilidade comunicativa; uma base aliada ampla; o envolvimento de opositores com o esquema de corrupção – o que enfraqueceu o ataque do PSDB, entre outros fatores que escapam a uma lógica exclusivamente midiática. O que nos leva a considerar que a “*mediação social*” não é idêntica a “*mediatização*” operada pelos meios de comunicação. A mídia, quando representa os fatos sociais, está diante de uma realidade que é também processada pela sociedade que ora pode: concordar, assimilar, se opor e mesmo inverter globalmente o sentido agendado pela mídia⁵. Há uma relativa autonomia entre esses dois campos.

O jornalismo é, portanto, um subsistema inserido e em diálogo com um sistema maior: o seu contexto sócio histórico, econômico e cultural. E, como subsistema, o jornalismo possui uma “relativa autonomia” em relação à sociedade que se insere, já que possui um “modus operandi” próprio que se superpõe e interage com esse sistema. Dessa forma não corremos o risco nem de superestimar o poder da mídia – que é condicionada culturalmente – nem muito menos menosprezamos sua importância – já que possui relativa autonomia no

⁵ Hall, Stuart. Codificação/decodificação. In: Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

sistema social além de ter uma posição institucionalmente importante e reconhecida nele.

Por isso, o resultado do jogo social é indeterminado e não depende apenas de um dos elementos envolvidos: fontes, sociedade, grupos, contexto, mídia e etc. É combinação sempre imprevisível deles que produz a realidade social. A mídia não determina, só, as ações e os valores sociais.

Os pressupostos teóricos do Newsmaking estão tão equivocados e inverossímeis quanto os da Teoria do Espelho. Pois, “se a notícia é quem cria a realidade, sem notícias a realidade deixaria de existir”⁶. Quando, na verdade, a realidade é antes o que aciona e também o que restringe o campo das perspectivas simbólicas das representações. O jornalismo não é literatura e o jornalista não se assemelha ao contista. Dentre as narrativas a jornalística é a que mais está motivada pelos fenômenos e pessoas.

O jornalismo e ficção cumprem funções diferentes e estabelecem pactos de leitura igualmente diversos entre o público e a notícia, contrariamente ao que defende os defensores do “Novo Jornalismo”. Basta perceber que na ficção um único fato verdadeiro legitima toda a narrativa, no jornalismo um único fato falso desacredita todo o relato, distinguindo o jornalista e romancista colombiano Gabriel Garcia Marques. Igualar a ficção ao jornalismo é perder de vista as diversas relações sociais e funções que esses relatos estabelecem com a sociedade.

1 O ceticismo investigativo como fundamento da ética e da prática jornalística

“Digo: o real não está nem na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” Guimarães Rosa

O matemático grego Sexto Empírico (sec. II) formulou um procedimento denominado ceticismo investigativo que pode nos auxiliar a repensar a objetividade e a imparcialidade na prática jornalística. Tratava-se de uma proposição filosófica que simultaneamente se afasta dos que alegam ter encontrado a verdade – os estoicos, Aristóteles, Epicuro, Platão; mas igualmente recusa o dogmatismo negativo, que coloca tudo em dúvida – Carnéades, Cítomaco, Descartes.

⁶ Alsina, Miguel Rodrigo. La construcción de la noticia. Barcelona, Ediciones Paidós, 1989.

Uma postura que não duvida dos fenômenos, de que as coisas acontecem, mas duvida daquilo que se afirma dogmaticamente como absolutamente verdadeiro ou falso. Nessa via a busca pela realidade não é descartada, mas avaliada como algo de tal modo importante que não pode ser reduzida a uma só explicação, a um só argumento. Trata-se da proposição de uma “*filosofia da investigação*”, que nos lança sempre na busca de outras explicações, de outras testemunhas, de outros conhecimentos.

Uma filosofia também cética, no sentido que coloca os fenômenos em questão, mas com objetivos “zetéticos”, devido a sua capacidade de investigar. Assim, ao defender a possibilidade de aproximação com uma melhor representação do real tal premissa aciona o espírito de exame, da busca por novos conhecimentos. É possível buscar a verdade, sabendo que nunca a encontraremos completamente. Mas, essa falta é justamente o que nos faz sempre caminhar a seu encontro.

Saber conferir a essa travessia um sentido ético forte é a razão do jornalismo. Profissionais que se lançam sempre na busca de novas e outras explicações, que comparam, opõem, investigam. Que sabem que o real é composto: por uma diversidade de pessoas e suas também variadas representações do mundo; por uma diversidade de circunstâncias (velhice, idades, saúde, doença, e etc.) e por uma diversidade de costumes (leis, crenças, ideologias políticas, religiões e etc.). Sabe que seu trabalho consiste em multiplicar os pontos de observação sobre a realidade, indagando observadores que podem estar em tensão ou consenso, ou ainda percebendo o ambiente por contextos culturais igualmente ampliados.

Se de fato não é possível abarcar o real como um todo é possível, sim, aproximar-se dele. O que explica a argumentação, aparentemente, contraditória de Umberto Eco⁷: 1) A objetividade é uma ilusão; 2) Pode-se ser objetivo. Porque, se o real é múltiplo, quanto mais à notícia abarcar os diversos pontos de vista sobre o mesmo fato, mais próxima estará de representar o fenômeno⁸. Há sim, razões em buscar a verdade, o conhecimento, as versões do fato. *A impossibilidade da totalidade não pode impedir a motivação da aproximação com o real;*

⁷ Eco, Umberto. “Objetividade da Informação” In: Informação, Consenso e Dissenso. Milão: Saggiatore, 1979.

⁸ “O objeto adquire uma progressiva configuração adequada à sua verdade na medida em que os pontos de observação e explicação se multiplicam: observadores que podem estar em tensão, contradição ou indiferentes entre si”(Canevacci, 1996, p.42).

a investigação. Pois, mais saudável que a dúvida é a curiosidade.

Do contrário, a busca profissional do jornalista tornaria-se uma mentira, um esforço desnecessário. A crítica recorrente da objetividade e da imparcialidade implica o risco de transformar a prática jornalística em um ceticismo negativo. O que nos levaria a improdutiva equação da crítica pela crítica. Um ponto final que instaura a indiferença: o niilismo. *A dúvida deve ser uma etapa de um ceticismo investigativo, não o seu fim*, sob risco de formarmos jornalistas apáticos e pouco engajados socialmente. Não há nada o que defender, no que acreditar, quando a mídia e os jornalistas são reduzidos ao estereótipo de propagandistas do poder instituído. *Jornalistas que não investigam que não procuram as fontes diretamente, que não acreditam no jogo que jogam são os cínicos negativos formados pela Teoria Construcionista/ News-making.*

A objetividade e a imparcialidade não são uma falácia. Porque objetividade e imparcialidade não são sinônimas da crença no real e na verdade como interpretaram, equivocadamente os teóricos contemporâneos, mas exatamente seu oposto. “Com a ideologia de objetividade, os jornais substituíram uma fé simples nos fatos por procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em dúvida”⁹. A objetividade e a imparcialidade são procedimentos de investigação. Colocam em questão a realidade. *O que implica: ouvir as várias versões do fato, por diferentes fontes; apresentar a controvérsia; verificar documentos e dados que comprovem ou não o fato; buscar não tomar partido, entre outras condutas técnicas-éticas.* A objetividade não é a crença na apreensão da realidade, mas exatamente um método que a coloca constantemente as verdades das partes em suspeita e em suspenso. Mudamos o foco no entendimento da objetividade “que não reside nas próprias notícias, mas no comportamento dos jornalistas”¹⁰. Trata-se de um procedimento que busca o equilíbrio, sendo mais um campo de apresentação das interações do que propriamente a crença do reflexo de uma verdade acabada. Um procedimento, em geral, bem sucedido.

A objetividade materialista e idealista é aqui pensada como uma objetividade investigativa. O

⁹ Shudson, Michael. *Discovering the news*. New York: Basic books, 1978.

¹⁰ Shudson, Michael. *Discovering the news*. New York: Basic books, 1978, p.122.

que significa que como procedimento ela é, sim, possível e desejável. Um ideal-típico que fundamenta e define a atividade jornalística e a identidade dos jornalistas, que adquirem “hábitos mentais, atitudes e características pessoais estruturadas ao redor da objetividade jornalística”¹¹. *Mais do que uma método, uma ética, a da*

certeza de que a investigação não é uma especialidade dentro da profissão, mas que todo jornalismo deve ser investigativo por definição, e a consciência de que a ética não é uma condição ocasional, e sim deve acompanhar sempre o jornalismo, como o zumbido acompanha o besouro¹².

Para confirmar essa premissa ética que define o núcleo forte do Jornalismo podemos recorrer ao passado. A primeira tese sobre a prática noticiosa, de 1690, escrita pelo erudito alemão Tobias Peucer é reveladora nesse sentido. Em “Relatos de novidades” o autor testemunha e teoriza o nascimento da prática profissional e dos primeiros jornais impressos da Europa¹³. Curiosamente é ele o inventor do que se chama hoje de *lead*, já que é o primeiro a sugerir a aplicação dos elementos narrativos propostos pelo romano Marco Túlio Cícero (106 a.C) em “De Oratore” – quem, o quê, quando, onde, como e porque – para o campo jornalístico.

Peucer preocupa-se, especialmente, em encontrar um ethos profissional para os jornalistas. Segundo ele: “o amor à verdade”. Que “não lhe falte coragem para dizer o que seja verdade, que não tenha nenhuma suspeita de parcialidade, nem aversão alguma em escrever”, sugere Peucer, citando novamente Cícero. O que significa que “não se pode mentir ou dizer coisas falsas de sorte que o outro forme uma opinião falsa ou que seja enganado”. Por fim, percebe com sagacidade a função social dessa nova prática, qual seja? A de traduzir de forma clara fatos complexos, democratizando o acesso ao conhecimento através de uma mediação simples, mas não simplória. Citando Lúcia na obra “De scrib. hist.” defende:

Que sua palavra tenha este único objetivo: mostrar os fatos claramente e torna-

los compreensíveis da maneira mais diáfana (transparente), com palavras não obscuras e fora de uso, nem tampouco com palavras próprias dos mercados e dos botecos, *de tal modo que a maioria entenda e que os eruditos as respeitem*¹⁴.

Não é gratuito que a ideia de busca da verdade, da objetividade, imparcialidade, mediação do conhecimento e clareza estejam associadas ao jornalismo. Elementos que não podem ser compreendidos e reduzidos a ideologias impostas pela organização jornalística ou a estratégias narrativas (segundo Gaye Tuchman). São práticas entrelaçadas por uma ética, que não as separam em um plano abstrato¹⁵. Mesmo porque a objetividade jornalística constitui-se como uma demanda que nasce no seio da própria sociedade. O desejo universal dos sujeitos em saber o que há de novo e o que passa com os demais é o que impulsiona a constituição do jornalismo como área de conhecimento. Uma sociedade que, como bem demonstrou Michel Stephens em a “História das Comunicações” (1993), passa a *exigir um comunicador autorizado e credível*, o que gradativamente conduz a profissionalização do campo. Antes mesmo do nascimento do jornal impresso a sociedade já demandava dos “mensageiros” a precisão, a credibilidade e provas dos relatos orais. “A utilização de especialistas em notícias aprimorou a exatidão da comunicação, além da exigência da adoção de objetos para comprovar os relatos orais, fato que aumentava a veracidade dos fatos”¹⁶. A objetividade emerge, assim, como uma intersubjetivação, como processo de interação entre: jornalistas, sociedade, contexto sociocultural e tecnologias.

Recuperar os ideais de objetividade e imparcialidade – onde residem os fundamentos éticos e o propósito social da profissão – é dar um sentido forte ao trabalho de cada jornalista que investiga e busca a melhor representação do real todos os dias. É compreender o seu ethos. Jornalismo não é literatura e ao não sê-lo não é menor que ela. Já que o jornalismo é, dentre as narrativas, uma das mais significativas e consumidas pela sociedade. São os jornais diários, os telejornais, as rádios, a inter-

¹¹ Alsina, Miguel Rodrigo. La construcción de la noticia. Barcelona, Ediciones Paidós, 1989, p.78.

¹² Marquez, Gabriel García. A Melhor Profissão do Mundo. Revista Caros Amigos.

¹³ Dos primeiros jornais temos: “Avisa Relation order Zeitung” (Alemanha, 1609); “The Corant” (Inglaterra, 1621); “La Gazette” (França, 1631); “A Gazeta” (Portugal, 1641); “Post-ach Inrikes” (Suécia, 1645); “Einkommende Zeitugen” (1650).

¹⁴ Peucer, Tobias. Relatos Jornalísticos. Revista Comunicação e Sociedade, n 33. São Paulo: UNESP, 2000, p.19.

¹⁵ “Jornalismo ético é jornalismo de qualidade. Uma apuração mal feita conduz a desvios éticos, do mesmo modo que uma edição mal feita. E, não estamos falando de más interpretações, mas apenas de exigências técnicas da profissão” (Bucci, 2000).

¹⁶ Stephens, Michel. Uma História das Comunicações: dos tantãs aos satélites. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p.47.

net que nos oferecem um misto de informação, diversão, consciência política, econômica, elementos para a sociabilidade e conversação, segurança e conhecimento. “A melhor profissão do mundo”¹⁷ é também uma das mais importantes para a sociedade. O que deveria levar-nos a repensar com mais cuidado os profissionais da notícia – investigadores que nos apresentam, a cada reportagem, o jogo de relações complexa que se forma ao redor dos fenômenos.

2 Bibliografia

- Alsina, M. R. (1989). *La construcción de la noticia*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Bird, E. & Dardenne, R. (1993). Mito, registro e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias. In N. Traquina (org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (pp. 263-277). Lisboa: Vega.
- Canevacci, M. (1996). *Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais*. São Paulo: Studio Nobel: Instituto Ítalo Brasileiro.
- Eco, U. (1979). Objetividade da informação. *In-formação, Consenso e Dissenso*. Milão: Saggiatore.
- Hall, S. (2003). Codificação/decodificação. In S. Hall, *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Marquez, G. G. (1997). A melhor profissão do mundo. *Revista Caros Amigos*, abril, (1). São Paulo.
- Peucer, T. (2000). Relatos jornalísticos. *Revista Comunicação e Sociedade*, (33). São Paulo: UNESP.
- Rosa, G. (2001). *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Shudson, M. (1978). *Discovering the News*. New York: Basic books.
- Stephens, M. (1993). *Uma História das Comunicações: dos tantãs aos satélites*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Tuchman, G. (1993). A Objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In N. Traquina, *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja.

¹⁷ “Porque o jornalismo é uma paixão insaciável que só se pode digerir e humanizar mediante a confrontação descarnada com a realidade. (...) Uma profissão tão incompreensível e voraz, cuja obra termina depois de cada notícia, como se fora para sempre, mas que não concede um instante de paz enquanto não torna a começar com mais ardor do que nunca no minuto seguinte”(Márquez, 1997).